

Contudo, mesmo diante das ações citadas anteriormente, tivemos impactos nos resultados. Os custos fixos incorridos no segundo trimestre correlacionado à relevante queda nos níveis de produção da Companhia, foram considerados custos de ociosidade. Adicionalmente a Companhia incorreu em despesas com odes e medidas de proteção com o objetivo de combater a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) visando garantir a segurança dos seus colaboradores, clientes, lojistas, fornecedores e sociedade. No quadro a seguir detalhamos esses efeitos nos resultados da Companhia e suas controladas:

	Controladora	Consolidado
Custos de ociosidade	(44.120)	(44.393)
Doações	(1.502)	(1.502)
Despesas com medidas de proteção	(2.110)	(2.085)
	(47.732)	(47.980)

c) **Autorização para emissão das demonstrações financeiras.** - A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pela diretoria estatutária em 04 de março de 2021.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Dentre as políticas contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2019, as que sofreram alterações, são decorrentes de atualização de normas contábeis que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020, não apresentando impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) **Declaração de conformidade.** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) **Base de mensuração.** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados instrumentos financeiros e plano de opções de compra e subscrição de ações mensurados pelo seu valor justo quando aplicável. c) **Moeda funcional e de apresentação.** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. d) **Normas e interpretações de normas ainda não vigentes.** - Em 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões das seguintes normas vigentes:

Normas	Natureza da mudança
IAS 1 /CPC 26 e IAS 8 /CPC 23 – Definição de material	Modifica à definição de "material", esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.
Revisão do Pronunciamento Técnico nº 15 - CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48	Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da "Reforma da Taxa de Juros de Referência", e descontinuidade do uso da LIBOR como taxa de referência após 2021.
Revisão do Pronunciamento Técnico nº 16 – IFRS 16 /CPC 6	Concede benefícios em contrato de arrendamento relacionado à Covid-19 para arrendatários.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, e não tiveram impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. As normas, revisões e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data da emissão das demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Normas	Natureza da mudança	Vigência
IFRS 17 /CPC 50 – Contratos de seguro	A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.	01/01/2023
IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023

De acordo com a avaliação da Administração, o IFRS 17/CPC 50 não se aplica ao Grupo. Adicionalmente, a Companhia não espera que a adoção do IAS 1 tenha impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. e) **Representação de exercício anterior.** - Em 13 de fevereiro de 2019, transitou em julgado acórdão do TRF da 5ª Região que concedeu mandado de segurança em favor da Companhia, determinando que o ICMS não compunha a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, reconhecendo o direito ao crédito. Tendo em vista que a ação foi ajuizada em 2007, os valores a recuperar retroagiram à competência de abril de 2002. No entanto, no entendimento da Administração, havia certa insegurança a respeito de qual valor de ICMS deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS para fins de determinação do valor do crédito a ser compensado ou restituído, em especial se seria levado em consideração apenas o ICMS efetivamente pago nas operações ou o ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, uma vez que a decisão reconheceu o direito da Companhia em excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, mas não foi explicitada em relação ao ICMS a ser excluído, se o destacado nas notas fiscais de vendas ou o efetivamente pago. Diante do seguimento às etapas processuais necessárias para compensação de valores de impostos pagos a maior, a Companhia realizou o protocolo de seu procedimento administrativo de habilitação prévia junto à Receita Federal do Brasil, pleiteando valor atualizado até 31/12/19 de R\$496.035, calculados considerando o ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, de acordo com a melhor interpretação da administração e de seus assessores jurídicos, pedido este que foi deferido em 19 de setembro de 2019. Desta forma, em 30 de setembro de 2019, a Companhia e seus administradores optaram por uma postura conservadora quanto ao reconhecimento do crédito e apropriaram contabilmente, conforme a solução de consulta interna número 13/2018-COSIT, o valor dos créditos no montante R\$51.258 de PIS e da COFINS referentes à exclusão do ICMS efetivamente pago nas operações e não o valor dos créditos relativos ao ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, considerando o restante da pretensão, como um ativo contingente. Ao longo dos últimos meses a Companhia revisou os seguintes fatos: (i) Tribunais Regionais Federais, inclusive o TRF da 5ª Região, com jurisdição sobre a Companhia, tem decidido que o ICMS destacado nas notas fiscais de vendas deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS; (ii) Projeto de Lei que instituiu a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS; e, principalmente, (iii) Risco de caducidade dos créditos, que de acordo com o artigo 103 da IN RFB 1.717/17, o prazo para a apresentação do pedido de compensação dos referidos créditos, inclusive aqueles relativos ao valor do ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, expiram ao final de 5 anos a partir da data do trânsito em julgado. Diante deste cenário, entendeu-se necessário reavaliar as premissas que nortearam os procedimentos contábeis e fiscais adotados. Como parte de seu processo de reavaliação do tratamento contábil a ser dispensado à matéria, a Companhia obteve opinião legal junto a seus assessores jurídicos, onde foram abordados aspectos relativos as questões pendentes de julgamento pelo STF, os possíveis efeitos dos embargos de declaração e o valor do ICMS a ser excluído, dentre outros. Após análise detalhada do tema, chegou-se à conclusão de que há argumentos sólidos para embasar o reconhecimento da integralidade dos créditos do PIS e da COFINS calculados sobre o montante destacado de ICMS nas notas fiscais de vendas. Desta forma, à luz do que prescreve o CPC 25, considerou-se que o ativo não é contingente, uma vez que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, inclusive já tendo sido iniciadas as compensações, bem como o valor em referência foi mensurado com razoável confiabilidade. A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$462.831, líquido das compensações já realizadas, seja compensado até 2024. No quadro a seguir, apresentamos a composição dos valores correspondentes aos impactos no resultado e patrimônio líquido da controladora e consolidado:

	Controladora / Consolidado
	Resultado Patrimônio Líquido
Saldos originalmente apresentados em 31/12/2019	484.954 3.682.436
(i) Valor principal do saldo do crédito da ação judicial	254.133 254.133
(ii) Juros ativos	190.273 190.273
(iii) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(8.848) (8.848)
(iv) Juros passivos	(5.598) (5.598)
(v) Prestação de serviço incidentes sobre a ação judicial	(17.791) (17.791)
(vi) Imposto de renda e contribuição social corrente	(87.906) (87.906)
Efeito líquido	324.263 324.263
Saldos reclassificados em 31/12/2019	819.217 4.006.699

Apresentamos no quadro abaixo os valores reclassificados nas demonstrações dos resultados do exercício de 2019.

	2019			
	Outras receitas operacionais	Outras despesas operacionais	Receita financeira	Despesa financeira
Controladora				
(vii) Juros ativos de PIS e Cofins	(21.509)	-	21.509	-
(viii) Juros passivos de PIS e Cofins	-	1.000	-	(1.000)
(ix) Tributos sobre receitas financeiras	-	-	(7.225)	7.225
	(21.509)	1.000	14.284	6.225
Consolidado				
(vii) Juros ativos de PIS e Cofins	(21.509)	-	21.509	-
(viii) Juros passivos de PIS e Cofins	-	1.000	-	(1.000)
(ix) Tributos sobre receitas financeiras	-	-	(7.253)	7.253
	(21.509)	1.000	14.256	6.253

Adicionalmente, a Companhia está alterando a forma de apresentação dos investimentos em determinadas SCPs, uma vez que considerando fatos subsequentes a 31 de dezembro de 2019 concluiu não exercer influência significativa sobre as mesmas. Desta forma, esses investimentos no montante de R\$31.486 estão sendo reclassificados do grupo de Investimentos em Coligadas para Outros Ativos Financeiros, sem alteração dos totais do ativo circulante. Desta forma, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos destes assuntos. Esses ajustes estão apresentados retroativamente em conformidade com o IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IAS 1/CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os reflexos destes impactos, bem como a reclassificação contábil da atualização que estava registrada até 31 de dezembro de 2019, estão apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme segue: e) **1) Impactos nos balanços patrimoniais**

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Creditos tributários	2.619.833	79.770	2.699.603	2.654.724	79.770	2.734.494
Outros ativos circulantes	83.468	79.770	163.238	87.446	79.770	167.216
Não circulante						
Creditos tributários	2.536.365	-	2.536.365	2.567.278	-	2.567.278
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.355.701	381.964	1.737.665	1.409.723	381.964	1.791.687
Outros ativos não circulantes	1.014	367.380	368.394	1.014	367.380	368.394
Total do ativo	3.975.534	461.734	4.437.268	4.064.447	461.734	4.526.181
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	274.635	122.871	397.506	297.942	122.871	420.813
Impostos, taxas e contribuições	27.105	3.191	30.296	30.296	3.191	33.487
Imposto de renda e contribuição social a pagar	29.331	10.237	39.568	29.515	10.237	39.752
Outros passivos circulantes	5.780	109.443	115.223	5.780	109.443	115.223
Não circulante						
Fornecedores	18.463	14.600	33.063	84.069	14.600	98.669
Outros passivos não circulantes	18.463	14.600	33.063	84.069	14.600	98.669
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	3.682.436	324.263	4.006.699	3.679.072	324.263	4.003.335
Outros tipos do patrimônio líquido	2.428.454	324.263	2.752.717	2.428.454	324.263	2.752.717
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.975.534	461.734	4.437.268	4.064.447	461.734	4.526.181

e) 2) Impactos nas demonstrações dos resultados do exercício

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	2.040.821	-	2.040.821	2.071.034	-	2.071.034
Custo dos produtos vendidos	(1.119.728)	-	(1.119.728)	(1.126.511)	-	(1.126.511)
Lucro bruto	921.093	-	921.093	944.523	-	944.523
Despesas com vendas	(470.580)	-	(470.580)	(530.825)	-	(530.825)
Despesas gerais e administrativas	(63.541)	-	(63.541)	(67.631)	-	(67.631)
Outras despesas operacionais	58.74	232.624	291.365	58.902	232.624	291.526
Outros tipos do patrimônio líquido	(29.724)	(16.791)	(46.515)	(31.401)	(16.791)	(48.192)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos	(43.208)	-	(43.208)	353.528	215.833	569.361
Resultado financeiro	352.781	215.833	568.614	353.528	215.833	569.361
Resultado operacional líquido	309.573	215.833	525.406	307.056	215.833	525.406
Receita financeira	300.091	195.709	495.800	300.786	195.681	496.467
Despesa financeira	(121.530)	627	(120.903)	(122.714)	655	(122.059)
Resultado antes da tributação	631.342	412.169	845.611	631.600	412.169	845.769
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(31.034)	(87.906)	(118.940)	(31.034)	(87.906)	(118.940)
Diferido	(5.354)	(87.906)	(93.260)	(5.354)	(87.906)	(93.260)
Resultado líquido do exercício	494.954	324.263	819.217	494.954	324.263	819.217
Resultado por ação						
Básico	0,5489	0,3595	0,9084	0,5489	0,3595	0,9084
Diluído	0,5480	0,3590	0,9070	0,5480	0,3590	0,9070

e) 3) Impactos nas demonstrações do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Resultado líquido do exercício	494.954	324.263	819.217	494.954	324.263	819.217
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.794	-	1.794	1.794	-	1.794
Resultado abrangente, líquido de tributos	496.748	324.263	821.011	496.748	324.263	821.011

e) 4) Impactos nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Reserva de lucro						Total
	Reserva legal	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados			
Saldos em 31/12/2019 - Divulgados	179.863	2.105.582	113.241	-	-	3.682.436	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	324.263	-	324.263	
Reserva de incentivos fiscais	-	49.759	-	(49.759)	-	-	
Reserva legal	13.725	-	-	(13.725)	-	-	
Dividendo adicional proposto	-	-	260.770	(260.770)	-	-	
Saldos em 31/12/2019 - Reapresentado	193.588	2.155.341	374.020	-	-	4.006.699	

e) 5) **Impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa** - Apesar de existir alterações entre as linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa, estas não geraram diferenças nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos para o exercício reapresentado.

e) 6) Impactos nas demonstrações do valor adicionado

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receitas	2.361.562	232.624	2.594.186	2.393.133	232.624	2.625.757
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.370.158	(51.204)	2.318.954	2.401.478	(51.204)	2.350.274
Outras receitas/despesas	1.205	283.828	285.033	1.174	283.828	285.002
Insumos adquiridos de terceiros	(1.151.249)	(17.791)	(1.169.040)	(1.186.184)	(17.791)	(1.203.975)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(546.221)	(17.791)	(564.012)	(573.570)	(17.791)	(591.361)
Valor adicionado recebido em transferência	256.988	211.782	468.770	300.891	211.782	512.673
Receita financeira	300.091	211.782	511.873	300.786	211.782	512.568
Impostos, taxas e contribuições	256.254	95.831	352.085	260.659	95.831	356.490
Outros tipos do patrimônio líquido	202.823	205.831	408.654	202.823	205.831	408.654
Remuneração de capital de terceiros	117.343	6.521	123.864	126.899	6.521	133.420
Juros, descontos e encargos	114.382	6.521	120.903	115.838	6.521	122.359
Remuneração de capitais próprios	494.954	324.263	819.217	494.954	324.263	819.217
Dividendos	165.709	260.779	426.479	165.709	260.779	426.479
Resultado líquido do exercício	219.254	63.484	282.738	219.254	63.484	282.738

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Características principais	País-sede	Participação	Percentual de participação	
				2020	2019
MHL Calçados Ltda.	Industrialização e comercialização de calçados.	Brasil	Direta	99,998%	99,998%
Grendene USA, Inc.	Representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano. É controladora da Grendene New York, L.L.C. empresa sediada nos Estados Unidos que atua no mesmo segmento.	USA	Direta	100,00%	100,00%
Grendene UK Limited.	Representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos. É controladora da Grendene Italy S.R.L. empresa sediada na Itália que atua no mesmo segmento.</				